



MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL  
EXÉRCITO PORTUGUÊS  
COMANDO DO PESSOAL  
GABINETE DO COMANDANTE  
REPARTIÇÃO DE AUDITORIA DE ABONOS E DESCONTOS



## RELATÓRIO DE AUDITORIA

Auditoria extraordinária n.º 2/2021 – Apoio à decisão e controlo da cessação e apresentação de licenças ilimitadas

9 de julho de 2021

<b>RELATÓRIO DE AUDITORIA</b>	
<b>Assunto:</b>	AUDITORIA EXTRAORDINÁRIA N.º 2/2021 – APOIO À DECISÃO E CONTROLO DA CESSAÇÃO E APRESENTAÇÃO DE LICENÇAS ILIMITADAS
<b>Ref.(s):</b>	Despacho do Exmo. Tenente-General Ajudante-General do Exército, de 24 de março de 2021.
<div><b>DESPACHO</b></div>	



## ÍNDICE

1. FICHA TÉCNICA DA AUDITORIA.....	3
2. FUNDAMENTO E OBJETIVOS .....	3
3. ENQUADRAMENTO DA AUDITORIA .....	4
a. Enquadramento legal e regulamentar .....	4
b. Caraterização geral.....	4
c. Caraterização do processo .....	5
d. Caraterização da amostra.....	7
4. RESULTADOS DA AUDITORIA.....	7
a. Conformidade legal dos processos de LI .....	7
b. Sistema de Controlo Interno .....	10
5. CONCLUSÕES .....	14
a. Conformidade legal dos processos de LI .....	14
b. Sistema de Controlo Interno .....	16
6. PROPOSTAS.....	18

### LISTA DE ANEXOS

Anexo A – Militares em licença ilimitada em 31MAR21.....	A – 1
Anexo B – Militares que cessaram a licença ilimitada em 2020/2021.....	B – 1
Anexo C – Fluxograma do processo .....	C – 1
Anexo D – Caraterização das entidades intervenientes no processo .....	D – 1
Anexo E – Lista de Siglas e Abreviaturas .....	E – 1
Anexo F – Exercício de Contraditório .....	F – 1

**1. FICHA TÉCNICA DA AUDITORIA**

<b>FICHA TÉCNICA</b>	
<b>Referência</b>	Auditoria extraordinária n.º 2/2021
<b>Processo auditado</b>	Apoio à decisão e controlo da cessação e apresentação de licenças ilimitadas.
<b>Período auditado</b>	2020/2021
<b>Duração da auditoria</b>	ABR21 - JUN21
<b>Tipo de Auditoria</b>	Auditoria combinada (auditoria de conformidade e auditoria de resultados)
<b>Objetivos da auditoria</b>	Verificar a conformidade legal dos militares na situação de licença ilimitada; Avaliar o Sistema de Controlo Interno do processo.
<b>Entidades visitadas</b>	Direção de Administração de Recursos Humanos
<b>Técnicas de auditoria</b>	Inspeção de documentos; análise de informação; inquérito e indagação; e observação.
<b>Equipa de auditoria</b>	TCor AdMil 18089896 António Marco Sá Machado Maj AdMil 18225602 Carlos Manuel Paixão de Carvalho TSup 08377798 Jorge Manuel Parreira Saraiva

**2. FUNDAMENTO E OBJETIVOS**

- a. A presente auditoria foi determinada por despacho do Exmo. Tenente-General Ajudante-General do Exército (TGEN AGE), de 24 de março de 2021, e abrange os procedimentos de concessão, cancelamento, interrupção e cessação das Licenças Ilimitadas (LI), no âmbito da autoridade técnica e funcional do Exmo. TGEN AGE;
- b. A auditoria tem como objetivos verificar a conformidade legal dos militares na situação de LI e avaliar o Sistema de Controlo Interno do processo.



### 3. ENQUADRAMENTO DA AUDITORIA

#### a. Enquadramento legal e regulamentar

- (1) Decreto-Lei n.º 186/2014, de 29 de dezembro, aprova a Lei Orgânica do Exército (LOE);
- (2) Decreto regulamentar n.º 11/2015, de 31 de julho, regulamenta a LOE;
- (3) Decreto-Lei n.º 90/2015, de 29 de maio, alterado pela Lei n.º 10/2018, de 02 de março, aprova o Estatuto dos Militares das Forças Armadas (EMFAR);
- (4) Despacho de S. Ex.<sup>a</sup> o GEN CEME, de 21 de dezembro de 2015, estabelece os critérios de análise a considerar na apreciação dos requerimentos de LI.

#### b. Caraterização geral

- (1) De acordo com a LOE, compete ao Comando do Pessoal (CmdPess) assegurar as atividades do Exército no domínio da administração dos recursos humanos, da formação e da saúde, de acordo com os planos e as diretivas superiores, dispondo para o efeito da correspondente autoridade técnica e funcional;
- (2) Nos termos do decreto regulamentar da LOE, compete à Direção de Administração de Recursos Humanos (DARH) propor, dirigir, coordenar e executar as ações referentes à obtenção e administração dos recursos humanos do Exército;
- (3) No âmbito específico da matéria em apreço, compete à DARH *“Assegurar a execução dos atos referentes a mudanças de situação, respeitantes a militares no ativo, na reserva, reserva de disponibilidade e na reforma, bem como à prestação de serviço e sua efetividade”*<sup>1</sup>;
- (4) Concessão da LI
  - (a) Nos termos do EMFAR<sup>2</sup>, aos militares pode ser concedida, entre outras licenças, a LI, pelo Chefe do Estado-Maior (CEM) do respetivo ramo, por um período não inferior a um ano, ao militar dos Quadros Permanentes (QP) que:
    1. A requeira e lhe seja deferida;
    2. Por motivo de doença ou de licença de junta médica, opte pela colocação nesta situação<sup>3</sup>.
  - (b) A LI apenas pode ser concedida ao militar que tenha prestado, pelo menos, oito anos de serviço efetivo após o ingresso nos QP<sup>4</sup>;

<sup>1</sup> Artigo 26.º do Decreto Regulamentar n.º 11/2015, de 31 de julho.

<sup>2</sup> Artigos 95.º e 105.º do Decreto-Lei n.º 90/2015, de 29 de maio, alterado pela Lei n.º 10/2018, de 02 de março.

<sup>3</sup> Quando decorram 48 meses de inatividade temporária por doença ou acidente e a junta médica, por razões justificadas e fundamentadas, não esteja ainda em condições de se pronunciar quanto à capacidade definitiva do militar.

<sup>4</sup> Com exceção do militar do quadro especial de pilotos aviadores, ao qual só pode ser concedida após 14 anos de serviço efetivo após o ingresso nos QP.



- (c) Nos casos em que o militar tenha vinte e dois ou mais anos de serviço efetivo, a LI só pode ser indeferida com fundamento em imperiosa necessidade de serviço ou por motivos excecionais.
- (5) Cancelamento  
A LI pode ser cancelada pelo CEM do respetivo ramo:
  - (a) Em qualquer ocasião, ao militar na situação de Ativo;
  - (b) Em estado de sítio ou de guerra, ao militar na situação de Reserva.
- (6) Interrupção
  - (a) O militar na situação de Ativo ou de Reserva pode interromper a LI, quando esta lhe tiver sido concedida há mais de um ano, regressando à sua anterior situação decorridos 90 dias da data da comunicação da intenção de interrupção da licença ou, antes deste prazo, a seu pedido, se tal for autorizado pelo CEM do respetivo ramo;
  - (b) O militar na situação de LI pode requerer a passagem à situação de Reserva, desde que reúna as condições para esse efeito<sup>5</sup>, podendo manter-se naquela primeira situação.
- (7) Outras características da LI
  - (a) O militar no Ativo pode manter-se na situação de LI pelo período máximo de 10 anos, seguidos ou interpolados, após o que transita para a Reserva ou, se a ela não tiver direito, é abatido aos QP<sup>6</sup>;
  - (b) O militar na situação de LI não tem direito a qualquer remuneração e não pode ser promovido enquanto se mantiver nesta situação<sup>7</sup>;
  - (c) O militar na situação de Ativo que se encontre em situação de LI considera-se como “adido ao quadro”<sup>8</sup>.

### **c. Caraterização do processo**

#### **(1) Critérios para concessão da LI**

Para efeitos de apreciação dos requerimentos de LI, além do cumprimento das condições legais já referidas, são considerados os seguintes critérios de análise<sup>9</sup>:

##### **(a) Necessidades de pessoal no Exército**

- 1. Relação entre os Efetivos Autorizados e os efetivos no posto a prestar serviço nas Forças Armadas (FA) (no Ativo e na Efetividade do Serviço);**

<sup>5</sup> Artigo 153.º do Decreto-Lei n.º 90/2015, de 29 de maio, alterado pela Lei n.º 10/2018, de 02 de março.

<sup>6</sup> Artigo 105.º do Decreto-Lei n.º 90/2015, de 29 de maio, alterado pela Lei n.º 10/2018, de 02 de março.

<sup>7</sup> Idem.

<sup>8</sup> Artigo 174.º do Decreto-Lei n.º 90/2015, de 29 de maio, alterado pela Lei n.º 10/2018, de 02 de março.

<sup>9</sup> Síntese dos critérios aprovados através do despacho de S. Ex.ª o GEN CEME, de 21 de dezembro de 2015, exarado na Informação n.º 651/2015 da DARH, de 10 de dezembro.



2. Relação entre as necessidades do Quadro Especial e os efetivos no posto a prestar serviço nas FA (no Ativo e na Efetividade do Serviço).

(b) Qualificações especiais do requerente<sup>10</sup>

Apreciação da formação de nível superior ministrada fora do Ramo e formação ministrada no Ramo de elevado grau de técnica, face:

1. Ao período de retorno do investimento do Exército;
2. À existência de outros militares com as mesmas qualificações<sup>11</sup>.

(c) Parecer do Órgão de Gestão de Pessoal

Neste critério de análise são consideradas as apreciações de:

1. Presidentes dos Conselhos das Armas e Serviços do Exército;
2. Outras entidades relevantes para os casos concretos.

(2) Procedimentos administrativos

(a) Concessão da LI

1. Os requerimentos para concessão de LI, dirigidos a S. Ex.<sup>a</sup> o GEN CEME, são elaborados pelos militares e apresentados inicialmente nas Secções de Pessoal das Unidades/Estabelecimentos/Órgãos (U/E/O);
2. O respetivo comandante elabora a Informação de Requerimento<sup>12</sup> para envio à DARH, através da qual comunica, além de outros aspetos, a influência do eventual deferimento na regularidade do serviço da U/E/O;
3. A DARH, através da Repartição de Pessoal Militar (RPM), aprecia os critérios de análise e propõe superiormente a decisão, através de uma Informação/Proposta na qual expõe os fundamentos e conclusões;
4. Após o despacho de S. Ex.<sup>a</sup> o GEN CEME, o militar é notificado da decisão, e, em caso de autorização é informado relativamente à forma de prestação de serviço, avaliação, sujeição ao regime de incompatibilidades, Unidade de colocação para efeitos administrativo-logísticos e efeitos nas remunerações, promoções e contagens de tempo de serviço;
5. A RPM/DARH regista a alteração da situação do militar no Sistema de Integrado de Gestão da Defesa Nacional – Recursos Humanos e Vencimentos (SIGDN-RHV), informação esta que originará o cancelamento e eventual regularização das remunerações por parte da Direção de Serviços de Pessoal (DSP);

<sup>10</sup> Com encargos financeiros elevados para o Exército.

<sup>11</sup> No Ativo e na Efetividade do Serviço, a prestar serviço nas FA.

<sup>12</sup> Informação elaborada de acordo com o documento modelo 16 constante da 2.<sup>a</sup> parte do Regulamento Geral do Serviço nas Unidades do Exército, aprovado pelo Despacho de 3 de fevereiro de 1986, de S. Ex.<sup>a</sup> o GEN CEME.



6. Nesse sentido, o militar passa a ser considerado como colocado na Repartição de Pessoal Fora de Efetividade do Serviço (RPFES) da DARH, que assume as tarefas administrativo-logísticas durante o período em que se encontra na situação de LI.

(b) Renovação da LI

Os processos de renovação observam os mesmos passos dos processos de concessão, sendo analisados e propostos superiormente através da RPFES/DARH.

(c) Cessação da LI

1. A LI pode cessar através seguintes atos:

- a. Cancelamento, determinado pela Instituição;
- b. Interrupção, solicitada pelo militar;
- c. Término do prazo da LI.

2. Verificando-se a circunstância que determina a cessação da LI (cancelamento, interrupção ou término do prazo), a RPFES/DARH solicita à RPM/DARH um parecer/informação sobre a apresentação e colocação do militar e propõe superiormente a aprovação dos termos do regresso à efetividade do serviço;

3. A RPFES/DARH notifica o militar sobre a U/E/O de colocação e sobre a data de apresentação, a quem envia a correspondente Guia de Marcha. Paralelamente informa a U/E/O de colocação, a DSP e a RPM/DARH;

7. A RPM/DARH regista em SIGDN-RHV as medidas de recursos humanos relativas à cessação da LI, informação esta que originará o reinício do processamento das remunerações por parte da DSP.

**d. Caraterização da amostra**

Foram analisados os processos de LI em curso a 31MAR21 e das LI cessadas em 2020 e 2021, por motivos de término do prazo, interrupção e cancelamento.

**4. RESULTADOS DA AUDITORIA**

**a. Conformidade legal dos processos de LI**

(1) Militares em situação de LI

- (a) De acordo com a informação obtida através da DARH, em 31MAR21 encontravam-se oitenta militares na situação de LI;
- (b) Anexo A – MILITARES EM LICENÇA ILIMITADA A 31MAR21;





(c) Verificou-se o cumprimento das disposições legais na concessão das LI e foram autorizadas por S. Ex.<sup>a</sup> o GEN CEME, entidade competente para o efeito, com exceção das situações que abaixo se expõem:

1. TCOR 15550894 DAVID LOPES ANTUNES

O militar entrou na situação de LI em 01MAR21, verificando-se, contudo, que ainda se encontra a auferir remuneração, por inexistência do registo da medida de recursos humanos em SIGDN-RHV.

2. CAP 10437496 RICARDO ALBUQUERQUE

a. O militar entrou para o QP em 01OUT04, tendo-lhe sido deferido o requerimento de LI por um ano, com início em 08JUN12 (após sete anos e aproximadamente oito meses), data em que efetivamente entrou nesta situação;

b. De acordo com o EMFAR, a LI apenas pode ser concedida ao militar que tenha prestado, pelo menos, oito anos de serviço efetivo após o ingresso nos QP<sup>13</sup>, requisito que não se verificou<sup>14</sup>;

c. A LI foi posteriormente prorrogada por mais nove anos, até 09JUN22, pelo que o militar ainda se encontra na situação de LI.

3. CAP 10540304 PEDRO SILVA

a. Foi deferido o requerimento de LI do militar pelo período de um ano, com início a 12NOV19;

b. Em 07SET20, ainda na pendência da LI deferida (aproximadamente dois meses antes do final do prazo), o militar requereu a sua prorrogação por mais um ano, que mereceu despacho de indeferimento em 11DEC20 (um mês após o final do prazo);

c. O militar apresentou reclamação em 11JAN21, tendo em ambas as situações aguardado decisão, em situação administrativa indefinida após o término do prazo da LI concedida (após 12NOV20);

d. Em 11MAR21 foi proposta à consideração superior a regularização da situação administrativa do militar, consubstanciada na revogação do despacho de indeferimento acima referido e na necessária prorrogação com efeitos retroativos da LI por um ano (11NOV20 até 11NOV21), que veio a merecer despacho favorável de S. Ex.<sup>a</sup> o GEN CEME, em 19MAR21;

e. O militar mantém-se na situação de LI.

<sup>13</sup> Número 2 do artigo 105.º do Decreto-Lei n.º 90/2015, de 29 de maio, alterado pela Lei n.º 10/2018, de 02 de março.

<sup>14</sup> De acordo com a informação constante no processo, foi incorretamente reconhecida a data de 01OUT02 como data de entrada para o QP.



(2) Militares que cessaram a LI em 2020/2021

- (a) De acordo com a informação obtida através da DARH, em 2020 e 2021 cessaram a LI doze militares, três deles por interrupção (iniciativa do próprio) e nove por término do prazo;
- (b) Anexo B – MILITARES QUE CESSARAM A LICENÇA ILIMITADA EM 2020/2021;
- (c) Verificou-se o cumprimento das disposições legais, com exceção das situações que abaixo se expõem:

1. MAJ 05726300 CARLOS MIGUEL CHEGANÇAS CAPELA

- a. Foi deferido o requerimento de LI do militar pelo período de dois anos, com início em 31JAN19 e término em 31JAN21;
- b. Em 03DEC20 (aproximadamente dois meses antes do final do prazo da LI), ainda na pendência da LI deferida, o militar requereu o abate ao QP com efeitos a partir de 10JAN21, tendo sido considerado improcedente devido à situação de Estado de Emergência e por se tratar de pessoal médico<sup>15</sup>;
- c. Em 29JAN21 (dois dias antes do final do prazo da LI) foi enviada informação ao militar (através de nota e email), a comunicar a obrigatoriedade de se apresentar ao serviço em 01FEV21, em virtude do término do prazo da LI<sup>16</sup>;
- d. Em 05FEV21 o militar foi informado da Unidade na qual iria prestar serviço, a DS<sup>17</sup>, tendo a GM sido emitida em 08FEV21 e enviada para o militar e para a DS<sup>18</sup>;
- e. De acordo com a respetiva Folha de Matricula<sup>19</sup>, o militar apenas se apresentou na DS em 24FEV21, permanecendo por regularizar a situação administrativa no período de 01FEV21 e 23FEV21.

2. CAP 15133103 DIOGO DOS SANTOS

- a. Foi deferido o requerimento de LI ao militar pelo período de um ano, com início a 24MAR19;
- b. Em 11DEC19, ainda durante a pendência da LI deferida (mais de três meses antes do final do prazo), o militar solicitou a sua prorrogação por mais um ano, que mereceu despacho de indeferimento em 05MAI20 (mais de um mês após o final do prazo da LI);

<sup>15</sup> N.º 3 do Decreto do Presidente da República n.º 9-A/2021, de 28 de janeiro.

<sup>16</sup> Nota n.º RPFES.SM-2021-002529, de 29 de janeiro, da DARH.

<sup>17</sup> Notificação de 5 de fevereiro de 2021, relativa à nota n.º SGO.SMC-2021-003043, de 4 de fevereiro.

<sup>18</sup> GM n.º 291/21 da RPFES/DARH, de 8 de fevereiro.

<sup>19</sup> Consultada em 15ABR2021.



- c. O militar apresentou reclamação da decisão em 18MAI20, tendo aguardado sempre fora de efetividade do serviço em ambas as decisões;
- d. Em 10MAR21 (aproximadamente um ano após o final do prazo da LI), foi proposta à consideração superior a regularização administrativa da situação, consubstanciada na revogação do despacho de indeferimento acima referido e na consequente prorrogação com efeitos retroativos da LI por um ano (24MAR20 até 23MAR21), que veio a merecer despacho favorável de S. Ex.<sup>a</sup> o GEN CEME, de 19MAR21;
- e. Em 15MAR21 o militar requereu a renovação da LI por mais um ano, de 24MAR21 até 23MAR22, tendo sido notificado da decisão final de indeferimento em 23MAR21;
- f. Em 29MAR21 o militar solicitou o abate ao QP com efeitos a 24MAR21, tendo o mesmo sido concedido com efeitos a 30MAR21, permanecendo por regularizar o período entre o final da LI e a data do abate ao QP (24MAR21 a 30MAR21).

## **b. Sistema de Controlo Interno**

### **(1) Pessoal**

- (a) O pessoal diretamente afeto à tramitação das LI possui as habilitações literárias e técnicas necessárias e a experiência profissional adequada ao exercício das suas funções;
- (b) Observam-se, no entanto, insuficiências de pessoal na RPFES/DARH que se consideram relevantes para o desenvolvimento dos processos nesta repartição, designadamente a falta de preenchimento da vaga de jurista prevista no Quadro Orgânico, conjuntamente com o desempenho em acumulação de funções do chefe da secção de matrícula<sup>20</sup>.

### **(2) Definição de autoridade e responsabilidade**

#### **(a) Delegação de competências**

- 1. A competência para autorização das LI encontra-se definida no EMFAR, conferida a S. Ex.<sup>a</sup> o GEN CEME<sup>21</sup>, não tendo sido objeto de delegação;
- 2. A competência para autorizar os abates ao QP tem sido habitualmente delegada por S. Ex.<sup>a</sup> o GEN CEME no Exmo. TGEN AGE<sup>22</sup>;
- 3. Contrariamente aos abates ao QP, as LI apenas têm um impacto temporário na administração de recursos humanos do Exército;

<sup>20</sup> Com a subsecção de pensionistas da secção de reforma e pensionistas.

<sup>21</sup> Artigo 105.º do Decreto-Lei n.º 90/2015, de 29 de maio, alterado pela Lei n.º 10/2018, de 02 de março.

<sup>22</sup> Despacho n.º 2246/2019 de S. Ex.<sup>a</sup> o GEN CEME, de delegação de competências no Comandante do Pessoal.



4. Acresce ainda que parte significativa das inconformidades supra identificadas resultaram do tempo de tramitação e litigância prolongados, não se vislumbrando motivos para que a competência para autorizar LI não se encontre no mesmo patamar de decisão dos abates ao QP, fator que se julga poder contribuir para a mitigação de riscos de inconformidades processuais<sup>23</sup>.
- (b) Relativamente à tramitação dos processos, observou-se que os procedimentos são consentâneos com as competências e atribuições de cada entidade, designadamente as U/E/O, a DARH e o CmdPess;
- (c) Na DARH, as responsabilidades internas no processamento das LI estão na maior parte dos casos atribuídas à RPM/DARH e RPFES/DARH, em função da situação em que o militar se encontra, designadamente na efetividade do serviço ou fora da efetividade do serviço respetivamente;
- (d) Pese embora do ponto de vista orgânico a separação processual acima mencionada seja coerente, do ponto de prático a mesma revela-se ineficiente, duplicando-se as tarefas relacionadas com a análise de requerimentos (de concessão na RPM/DARH e de renovação na RPFES/DARH), que têm a mesma natureza e finalidade;
- (e) Acresce ainda o facto destes processos serem suscetíveis de litigância, o que de facto se tem verificado, exigindo uma intervenção jurídica mais presente, capacidade essa atualmente disponível na RPM/DARH;
- (f) Foi ainda identificada uma situação, de um processo tramitado através da Repartição de Gestão de Carreiras (RGC) da DARH, tratando-se de um concurso a um cargo na Agência Europeia de Defesa;
- (g) Finalmente importa referir que não se encontram definidas normas, procedimentos internos e prazos a observar, que sistematizem a tramitação dos requerimentos de LI.
- (3) Segregação de funções
- (a) Fase de concessão/renovação da LI
1. Os processos de concessão de LI são preparados pelos juristas da RPM/DARH e verificados pelo chefe da RPM/DARH como autor da proposta de decisão;
2. Os processos de renovação são preparados pelo chefe da secção de matrícula e verificados pelo chefe da RPFES/DARH como autor da proposta de decisão;

<sup>23</sup> Encontra-se ainda delegada no Exmo. TGEN AGE a competência para “decidir sobre a mudança de situação, no que concerne às situações de ativo, reserva e reforma, bem como à prestação de serviço e sua efetividade”.



3. Após parecer dos Exmos. MGEN DARH e TGEN AGE, os processos são despachados por S. Ex.<sup>a</sup> o GEN CEME.
- (b) Fase de cessação da LI

Os processos de cessação de LI são preparados pelo chefe da secção de matrícula da RPFES/DARH e verificados pelo chefe da RPFES/DARH como autor da notificação.
- (c) Deste modo é respeitado o princípio da segregação de funções, não se concentrando na mesma pessoa ou entidade, responsabilidades ou tarefas que possam vir a potenciar a prática de erros ou de irregularidades.
- (4) Avaliação do risco e atividades de controlo
  - (a) Fase de concessão/renovação da LI
    1. Os principais riscos inerentes a esta fase são: o risco de incumprimento das condições legais na aprovação das LI; o risco de insuficiência de recursos humanos para o Exército; e o risco de abonos indevidos na transição para a situação de LI;
    2. Risco de incumprimento das condições legais na aprovação das LI:

Os processos de concessão são preparados por juristas (na RPM/DARH), facto que assegura uma redução do risco de incumprimento das condições legais, com exceção dos processos de renovação, cuja análise se desenvolve na RPFES/DARH;
    3. Risco de insuficiência de recursos humanos para o Exército:
      - a. Encontram-se definidos critérios de análise aos requerimentos de LI por S. Ex.<sup>a</sup> o GEN CEME, de modo a prevenir a insuficiência de recursos humanos no Exército;
      - b. Os requerimentos são analisados através dos critérios e orientações difundidas superiormente e são identificadas as situações de possíveis nomeações para cargos, cursos ou missões junto da RGC/DARH.
    4. Risco de erro no processamento dos abonos:

Após o despacho decisório favorável, é registada a correspondente medida de recursos humanos em SIGDN-RHV e aquando da notificação ao militar através da respetiva U/E/O, a comunicação é também enviada para a DSP, RPFES/DARH e RGC/DARH, dados os seus efeitos administrativos e remuneratórios.



(b) Fase de cessação da LI

1. Os principais riscos inerentes a esta fase são: o risco de incumprimento do regresso à efetividade do serviço nos termos determinados pelo Exército; e o risco de omissão no processamento dos abonos;
2. Risco de inconformidade no regresso à efetividade do serviço
  - a. Após diligenciar junto da RPM/DARH a nota de colocação do militar e de obter a aprovação de S. Ex.<sup>a</sup> o GEN CEME dos termos do regresso à efetividade do serviço, a RPFES/DARH notifica o militar sobre a U/E/O e data de apresentação e informa a U/E/O de colocação, a DSP e a RPM/DARH;
  - b. Caso não se verifique a apresentação do militar na U/E/O e na data prevista, compete a esta informar a DARH da inconformidade<sup>24</sup>;
  - c. Nos casos em que a cessação da LI se verifica na sequência do indeferimento de requerimentos de renovação, o militar é notificado dos fundamentos que presidiram à decisão;
  - d. Contudo, quando a decisão de indeferimento dos requerimentos de renovação previamente citados foi tomada após o término da LI anterior, verificou-se que o militar não se apresentou ao serviço na data determinada e não foram observadas evidências de diligências nesse sentido;
  - e. Neste período, o militar ficou temporariamente numa situação administrativa indefinida, ou seja, não se encontrando na situação de LI nem apresentado ao serviço;
  - f. Atualmente, a RPFES/DARH adota a boa prática de contactar os militares aproximadamente três meses antes do término do prazo das LI, no sentido de detetar e preparar em tempo oportuno as intenções de renovação.
3. Risco de erro no processamento dos abonos:
  - a. A RPM/DARH regista em SIGDN-RHV as medidas de recursos humanos relativas à cessação da LI, em função da data de término da LI;
  - b. A RPFES/DARH informa a RPM/DARH de eventuais processos de renovação de LI em curso, de modo a que o registo em SIGDN-RHV se efetue em adequação ao sentido provável da decisão.

<sup>24</sup> NEP AGE.102, de JUN08.



- (5) Sistema de informação e comunicação
  - (a) O SIGDN-RHV abrange o registo das alterações de situação dos militares, designadamente quanto à prestação de serviço, dado essencial neste caso para os efeitos remuneratórios;
  - (b) O SIGDN-RHV é utilizado por todos os intervenientes relevantes no processo, possibilitando a partilha de toda a informação necessária para a execução das respetivas funções de forma clara e adequada.
- (6) Registo dos factos
  - (a) Os atos administrativos do processo são registados documentalmente através de notas, ofícios e Informações e asseguram a comunicação clara e adequada entre as diferentes entidades e escalões intervenientes no processo;
  - (b) Os atos relativos às alterações de situação do militar são igualmente registados em SIGDN-RHV através do é partilhada de forma instantânea a informação relevante para o sistema de remunerações.

## **5. CONCLUSÕES**

### **a. Conformidade legal dos processos de LI**

Considerando os resultados da análise dos processos de oitenta militares na situação de LI em 31MAR21 e de doze militares que cessaram as LI em 2020 e 2021, concluiu-se o seguinte:

- (1) Concessão de LI
  - (a) Verificou-se o cumprimento das condições legais necessárias para ser autorizada a concessão das LI, com exceção de uma situação por inexistência do tempo mínimo de serviço efetivo após o ingresso no QP.
  - (b) Foi detetada também uma situação de manutenção indevida da remuneração de um militar que entrou na situação de LI em 01MAR21, por ainda não ter sido registada a correspondente medida de recursos humanos em SIGDN-RHV<sup>25</sup>.
- (2) Renovação de LI

Verificou-se o cumprimento das condições legais necessárias para ser autorizada a renovação das LI, ressalvando-se, contudo, o seguinte:

  - (c) Em duas solicitações de renovação de LI, a fase de análise e decisão compreendeu uma demora superior a três meses, tendo sido ultrapassado o limite do prazo da LI em curso;
  - (d) Em ambos os casos, os militares não se apresentaram no final do prazo da LI concedida, nem foram acionados procedimentos nesse sentido;

<sup>25</sup> Até à data do presente relatório.





- (e) Durante este período (quatro e doze meses), mantiveram-se ausentes do serviço, em situação administrativa indefinida, regularizada através de despacho de deferimento posterior.
- (3) Cessação de LI
- Verificou-se o cumprimento das condições legais na cessação das LI, com exceção do seguinte:
- (a) Uma situação na qual o militar não se apresentou na data determinada (apenas vinte e três dias após) e que continua a carecer de regularização administrativa;
  - (b) Uma situação na qual ocorreu o abate ao QP seis dias após o limite do prazo da LI, encontrando-se indefinida a situação administrativa nesse período intermédio, carecendo, nessa medida, de regularização.

Em sede de contraditório, a RPFES/DARH propôs que a regularização das situações acima referidas se processasse ao abrigo dos despachos já exarados, sem necessidade de um novo despacho, com o intuito de simplificar procedimentos:

- No caso do MAJ CAPELA, a proposta consubstanciava-se no prolongamento da ultima LI que o militar gozou até á data em que se efetivou a apresentação;
- No caso do CAP SANTOS, a proposta foi a de antecipar a data em que se efetivou o abate ao QP para a data em que terminou a LI.

Pese embora se compreenda o intuito de simplificação administrativa, uma vez que não estão envolvidos montantes pecuniários ou quaisquer direitos, liberdades e garantias dos militares, as mesmas não podem ser acolhidas em virtude contenderem com os princípios da competência e da legalidade administrativa.

Os despachos em questão foram exarados por S. Ex.<sup>a</sup> o GEN CEME, prevendo datas concretas para os períodos de LI e para o abate ao QP, e, nessa medida, os mesmos apenas poderão ser objeto de alteração ou regularização por parte da mesma entidade.





**b. Sistema de Controlo Interno**

- (1) O sistema de controlo interno dos processos de LI assenta atualmente nos seguintes elementos principais:
  - (a) Definição de critérios por S. Ex.<sup>a</sup> o GEN CEME para análise dos processos de LI, que permite a prevenção do risco de insuficiência de recursos humanos no Exército;
  - (b) Segregação de funções no desenvolvimento dos processos, evitando a concentração de responsabilidades ou tarefas de execução e verificação incompatíveis na mesma pessoa ou entidade;
  - (c) Análise dos requerimentos de concessão de LI através de pessoal habilitado juridicamente para o efeito, mitigando os riscos de incumprimento das condições legais na sua apreciação, bem como na resposta a situações de litigância;
  - (d) Iniciativa de contacto com os militares em LI três meses antes do término do prazo, com vista a aferir a sua intenção de renovação e a correspondente tramitação em tempo oportuno;
  - (e) Registo dos atos administrativos documentalmente através de notas, ofícios e Informações, assegurando a comunicação clara e adequada entre as diferentes entidades e escalões;
  - (f) Utilização do SIGDN-RHV para o registo e partilha instantânea da informação necessária para o sistema de remunerações.
- (2) Identificam-se os seguintes aspetos passíveis de desenvolvimento no sistema de controlo interno:
  - (a) Delegação de competências para autorização das LI, como fator de mitigação dos riscos de morosidade resultantes dos tempos de tramitação e litigância;

Em sede de contraditório, a RPM/DARH manifestou concordância com a medida proposta, considerando pertinente a delegação de competências por parte de S. Ex.<sup>a</sup> o GEN CEME, para autorização das LI.

Mantém-se a recomendação da DARH equacionar a proposta de delegação da competência para autorização das LI no Exmo. TGEN AGE.



- (b) Concentração dos processos de concessão/renovação de LI numa única repartição da DARH, visando ganhos de uniformidade e eficiência processual;

Em sede de contraditório a RPM/DARH expressou considerar melhor solução o preenchimento da vaga de jurista em falta na RPFES/DARH, em detrimento da solução de concentração dos processos de concessão/renovação de LI numa única repartição da DARH, em particular na RPM/DARH, por representar um aumento do volume de trabalho para a Assessoria Jurídica, atualmente já no limite da sua capacidade de resposta. Acrescentou que a RPM/DARH não tem atualmente acesso os documentos de matrícula de militares que estão fora da efetividade de serviço.

Por sua vez a RPFES/DARH expressou concordância com a concentração dos processos de concessão/renovação de LI numa única repartição da DARH.

Mantém-se a recomendação da DARH ponderar a possibilidade de concentração na RPM/DARH da análise dos processos de concessão e renovação de LI.

- (c) Reforço da informação a prestar aos requerentes de LI, tendo em vista a mitigação do risco de incumprimento do dever de apresentação no término da LI;
- (d) Aprovação de normas internas relativas aos processos de LI, de forma a sistematizar e uniformizar procedimentos e prazos e a mitigar os riscos de inconformidade legal.

Em sede de contraditório, a RPM/DARH manifestou considerar que “...a elaboração de uma NAT sobre esta matéria poderá não ser a melhor solução, na medida em que nem todos os critérios para atribuição destas licenças são taxativos, isto é, para além dos requisitos legalmente previstos, o decisor tem aqui algum poder discricionário que, embora tenha de ser naturalmente fundamentado ...”.

Mantém-se a recomendação à DARH para sistematizar os procedimentos relativos à tramitação das LI, a publicar em norma interna, independentemente dos critérios aprovados superiormente por S. Ex.<sup>a</sup> o GEN CEME, compreendendo condições legais para a concessão, renovação, interrupção e cancelamento das LI e a definição de procedimentos, fixação de prazos e atribuição de responsabilidades nos processos de LI.



## **6. PROPOSTAS**

Face ao exposto, propõe-se a aprovação das seguintes recomendações:

a. À DARH:

- (1) Regularizar a situação administrativa do TCOR 15550894 DAVID LOPES ANTUNES, através do registo em SIGDN-RHV da mudança para a situação de LI;
- (2) Propor superiormente a regularização das inconformidades administrativas referidas no presente relatório, relativas aos seguintes militares:
  - (e) MAJ 05726300 CARLOS MIGUEL CHEGANÇAS CAPELA;
  - (f) CAP 15133103 DIOGO DOS SANTOS.
- (3) Equacionar a proposta de delegação da competência para autorização das LI no Exmo. TGEN AGE;
- (4) Ponderar a possibilidade de concentração na RPM/DARH da análise dos processos de concessão e renovação de LI;
- (5) Reforçar a informação a prestar aos militares relativa aos deveres de apresentação no término da LI;
- (6) Sistematizar os procedimentos relativos à tramitação das LI, a publicar em norma interna, compreendendo os seguintes aspetos:
  - (a) Condições legais para a concessão, renovação, interrupção e cancelamento das LI;
  - (b) Definição de procedimentos, fixação de prazos e atribuição de responsabilidades nos processos de LI.

b. À DSP:

Regularizar a situação remuneratória do TCOR 15550894 DAVID LOPES ANTUNES em conformidade com o registo em SIGDN-RHV da mudança para a situação de LI.

Comando do Pessoal, Porto, 09 de julho de 2021

**O CHEFE DA EQUIPA DE AUDITORIA**

---

**ANTÓNIO MARCO SÁ MACHADO**  
**TCOR ADMIL**



**Anexos:**

Anexo A – Militares em licença ilimitada em 31MAR21.....	A – 1
Anexo B – Militares que cessaram a licença ilimitada em 2020/2021.....	B – 1
Anexo C – Fluxograma do processo .....	C – 1
Anexo D – Caraterização das entidades intervenientes no processo .....	D – 1
Anexo E – Lista de Siglas e Abreviaturas .....	E – 1
Anexo F – Exercício de Contraditório .....	F – 1



## Anexo A (MILITARES EM LICENÇA ILIMITADA EM 31MAR21) ao Projeto de Relatório de Auditoria Extraordinária n.º 02/2021

POSTO	NIM	NOME	SITUAÇÃO	INICIO DA LI	1. <sup>a</sup> RENOVAÇÃO	2. <sup>a</sup> RENOVAÇÃO	3. <sup>a</sup> RENOVAÇÃO	TÉRMINO DA LI*
TCOR	227493	GASPAR AMARAL	Ativo	24/01/2019				24/01/2029
TCOR	26888593	PAULO PIRES	Ativo	31/12/2019	31/12/2020			30/12/2021
TCOR	223793	LUCIANO MONTEIRO	Ativo	01/02/2020				31/01/2022
TCOR	14450692	AGOSTINHO RIBEIRO	Ativo	01/12/2020				30/11/2022
TCOR	15550894	DAVID ANTUNES	Ativo	01/03/2021				28/02/2022
TCOR	27220891	VASCO PAIVA	Ativo	01/10/2019				30/09/2022
MAJ	7227997	RAFAEL ARANHA	Ativo	26/02/2015				26/02/2025
MAJ	12556995	JOÃO SILVA	Ativo	01/04/2014				01/04/2024
MAJ	15191496	JOSÉ GUILHERME	Ativo	25/11/2015				25/11/2025
MAJ	25574791	VÍTOR FELISBERTO	Ativo	22/10/2014				22/10/2024
MAJ	27431793	VENÂNCIO LEITÃO	Ativo	24/11/2015				24/11/2025
MAJ	2085296	ARTUR MESQUITA	Ativo	11/06/2018				23/06/2026
MAJ	6173698	ANDRÉ RIBEIRO	Ativo	29/10/2020				28/10/2023
MAJ	11589998	LUIS FERNANDES	Ativo	21/10/2020				20/10/2022
MAJ	5255596	CLAUDIO ALVES	Ativo	02/03/2021				01/03/2022
MAJ	9946102	CARLOS NUNES	Ativo	09/03/2021				08/03/2022
MAJ	9790498	GONÇALO PAIXÃO	Ativo	01/11/2019				31/10/2021
MAJ	13795298	NUNO DOMINGUES	Ativo	01/01/2020				31/12/2021
MAJ	3139297	LUIS PEREIRA	Ativo	01/02/2020	01/02/2021			31/01/2022
CAP	603697	MAURO PAULO	Ativo	16/03/2015				16/03/2025
CAP	5808900	DIOGO DUARTE	Ativo	28/07/2014				28/07/2024
CAP	7059800	MICHAEL AUGUSTO	Ativo	02/10/2013				02/10/2023
CAP	7961494	ALFREDO SILVA	Ativo	01/09/2014				01/09/2024
CAP	9092797	MÁRCIO DOMINGUES	Ativo	19/02/2015				19/02/2025
CAP	10437496	R. ALBUQUERQUE	Ativo	08/06/2012	08/06/2013			09/06/2022
CAP	14756892	ARTUR GONÇALVES	Ativo	15/04/2016				15/04/2026
CAP	17529898	NUNO SILVA	Ativo	22/01/2015				22/01/2025
CAP	17598397	LILIANA RIBEIRO	Ativo	01/04/2015				01/04/2025
CAP	10020200	DAVID GONÇALVES	Ativo	01/06/2019				31/05/2021
CAP	10540304	PEDRO SILVA	Ativo	12/11/2019	12/11/2020			11/11/2021
ALF	14566096	ISMAEL COSTA	Ativo	28/06/2019				27/06/2021
SAJ	1185791	ANTÓNIO NEVES	Ativo	01/05/2015				01/05/2025
SAJ	2586891	DAVIDE BRITO	Ativo	23/09/2012				23/09/2022
SAJ	11601192	ÉLIO NETO	Ativo	09/05/2017				09/05/2027
SAJ	334691	RUI DOMINGOS	Ativo	01/07/2017				01/07/2027
SAJ	15875293	LUIS PONCIANO	Ativo	01/09/2018	01/09/2020			31/08/2022
SAJ	3323492	DORA DIAS	Ativo	01/10/2018	01/10/2020			30/09/2022
SAJ	38527092	CARLOS SANTOS	Ativo	17/01/2019	17/01/2020	17/01/2021		16/01/2022
SAJ	22030391	JOSÉ ELIAS	Ativo	01/02/2019				31/01/2029
SAJ	13851891	PAULO MONTEIRO	Ativo	01/03/2019				01/03/2029
SAJ	17636595	RICARDO FERREIRA	Ativo	19/02/2020	19/02/2021			18/02/2022
SAJ	459790	INACIO BORRACHA	Ativo	01/07/2020				30/06/2022
SAJ	6963097	CARLOS CARVALHO	Ativo	13/07/2020				12/07/2022
SAJ	15060092	VALDEMAR FALEIRO	Ativo	01/09/2020	01/09/2021			31/08/2023
SAJ	12542297	FREDEICO MONTEIRO	Ativo	11/03/2021				10/03/2022
SAJ	15963399	BRUNO BERNARDES	Ativo	01/01/2021				31/12/2023
SAJ	16345996	ANTÓNIO GOMES	Ativo	30/12/2020				29/12/2022
SAJ	21633592	MÁRIO MINEIRO	Ativo	08/02/2021				07/02/2024
1SAR	14132801	HÉLDER GONÇALVES	Ativo	03/11/2017	03/11/2018	03/11/2019	03/11/2020	02/11/2021
1SAR	197996	MARCO DOMINGOS	Ativo	09/10/2013				09/10/2023
1SAR	767591	CARLOS BRANCO	Ativo	20/09/2013				20/09/2023
1SAR	7459895	PAULO FREITAS	Ativo	02/10/2014				02/10/2024



## RESERVADO

Relatório de auditoria – Apoio à decisão e controlo da cessação e apresentação de licenças ilimitadas

POSTO	NIM	NOME	SITUAÇÃO	INICIO DA LI	1. <sup>a</sup> RENOVAÇÃO	2. <sup>a</sup> RENOVAÇÃO	3. <sup>a</sup> RENOVAÇÃO	TÉRMINO DA LI*
1SAR	7968196	NUNO OLIVEIRA	Ativo	27/11/2012				28/11/2022
1SAR	8546697	JOSÉ MACHADO	Ativo	31/01/2015				31/01/2025
1SAR	9310804	HENRIQUE ARAUJO	Ativo	30/01/2017				31/01/2027
1SAR	10493401	RENATO BERNARDINO	Ativo	02/02/2017				03/02/2027
1SAR	12133896	ANTÓNIO FERREIRA	Ativo	01/01/2014				01/01/2024
1SAR	14769392	FERNANDO FERREIRINHA	Ativo	09/11/2012				09/11/2022
1SAR	18618498	LUCIANO ESTEVES	Ativo	20/02/2016				20/02/2026
1SAR	25110393	MARCO SANTOS	Ativo	01/11/2013				01/11/2023
1SAR	26969893	ANTÓNIO FAUSTINO	Ativo	01/03/2012				01/03/2022
1SAR	25905692	RICARDO AZEVEDO	Ativo	18/03/2019	18/03/2020	18/03/2021		17/03/2022
1SAR	8591705	IVO PEREIRA	Ativo	24/02/2020				23/08/2021
1SAR	7007298	CLAUDIO VIEGAS	Ativo	08/08/2019	08/08/2020			07/08/2021
1SAR	10995202	EMIDIO TEIXEIRA	Ativo	09/02/2019	09/02/2020	09/02/2021		08/02/2022
1SAR	14974595	CÉLIO ANSIÃES	Ativo	20/04/2018				23/01/2026
1SAR	9675803	JOSÉ PEREIRA	Ativo	23/02/2021				22/02/2022
1SAR	2549110	PAULO CARVALHO	Ativo	01/03/2021				28/02/2022
1SAR	6756998	CARLOS PAIS	Ativo	12/03/2021				11/03/2022
CAP	13567183	AVELINO FERREIRA	Reserva	01/05/2014				02/05/2024
SAJ	805287	MÁRIO MONTEIRO	Reserva	02/01/2015				02/01/2025
CAP	20648093	ANA VÉSTIA	Reserva	08/01/2021				05/01/2035
SAJ	32597992	PAULO LOPES	Reserva	08/03/2021				05/03/2034
1SAR	5034392	ABEL CARDOSO	Reserva	01/10/2015				13/06/2037
1SAR	13027990	RICARDO RODRIGUES	Reserva	01/09/2017				28/03/2035
1SAR	29428091	DULCE JESUS	Reserva	18/08/2017				03/01/2039
CAP	5064191	NUNO GUERREIRO	Reserva	30/12/2017				22/07/2036
1SAR	764091	PAULO OLIVEIRA	Reserva	31/12/2017				23/05/2036
1SAR	11393491	PAULO SIMOES	Reserva	31/12/2017				23/04/2036
TEN	17715100	SILVIO FERNANDES	Reserva	14/10/2018				01/12/2048



Anexo B (MILITARES QUE CESSARAM A LICENÇA ILIMITADA EM 2020/2021) ao Projeto de Relatório de Auditoria Extraordinária n.º 02/2021

Posto	NIM	Nome	Situação	Início da LI	Renovação da LI	Cancelamento / Interrupção / Término do prazo	Observações
1SAR	27002891	SÉRGIO OLIVEIRA	Ativo	01/05/2013		07/09/2020	Interrupção da LI
SAJ	429190	ALEXANDRA ROSA	Ativo	24/02/2020		09/06/2020	Interrupção da LI
CAP	7451903	GONÇALO SANTOS	Ativo	03/09/2018	03/09/2019	03/03/2020	Término do prazo da LI
CAP	16865403	FILIPPE ABREU	Abatido	28/12/2017	28/09/2019	27/09/2020	Término do prazo da LI
1SAR	6524802	FÁBIO SANTOS	Ativo	01/09/2019		01/09/2020	Término do prazo da LI
CAP	11257192	JOÃO EXPOSTO	Abatido	29/10/2010		29/10/2020	Término do prazo da LI
MAJ	6977896	HENRIQUE MARTINS	Abatido	25/11/2015		31/10/2020	Término do prazo da LI
CAP	12497103	ANDRÉ CARVALHO	Ativo	05/11/2019		05/10/2020	Interrupção da LI
SAJ	12169090	PEDRO SIMÕES	Abatido	01/12/2010		01/12/2020	Término do prazo da LI
TCOR	5389793	NUNO GOMES	Ativo	01/01/2019		01/01/2021	Término do prazo da LI
MAJ	5726300	CARLOS CAPELA	Ativo	01/01/2019		01/01/2021	Término do prazo da LI
CAP	15133103	DIOGO SANTOS	Abatido	24/03/2019	24/03/2020	24/03/2021	Término do prazo da LI



RESERVADO

Relatório de auditoria – Apoio à decisão e controlo da cessação e apresentação de licenças ilimitadas

## Anexo C (FLUXOGRAMA DO PROCESSO) ao Projeto de Relatório da Auditoria extraordinária n.º 2/2021 da RAAD

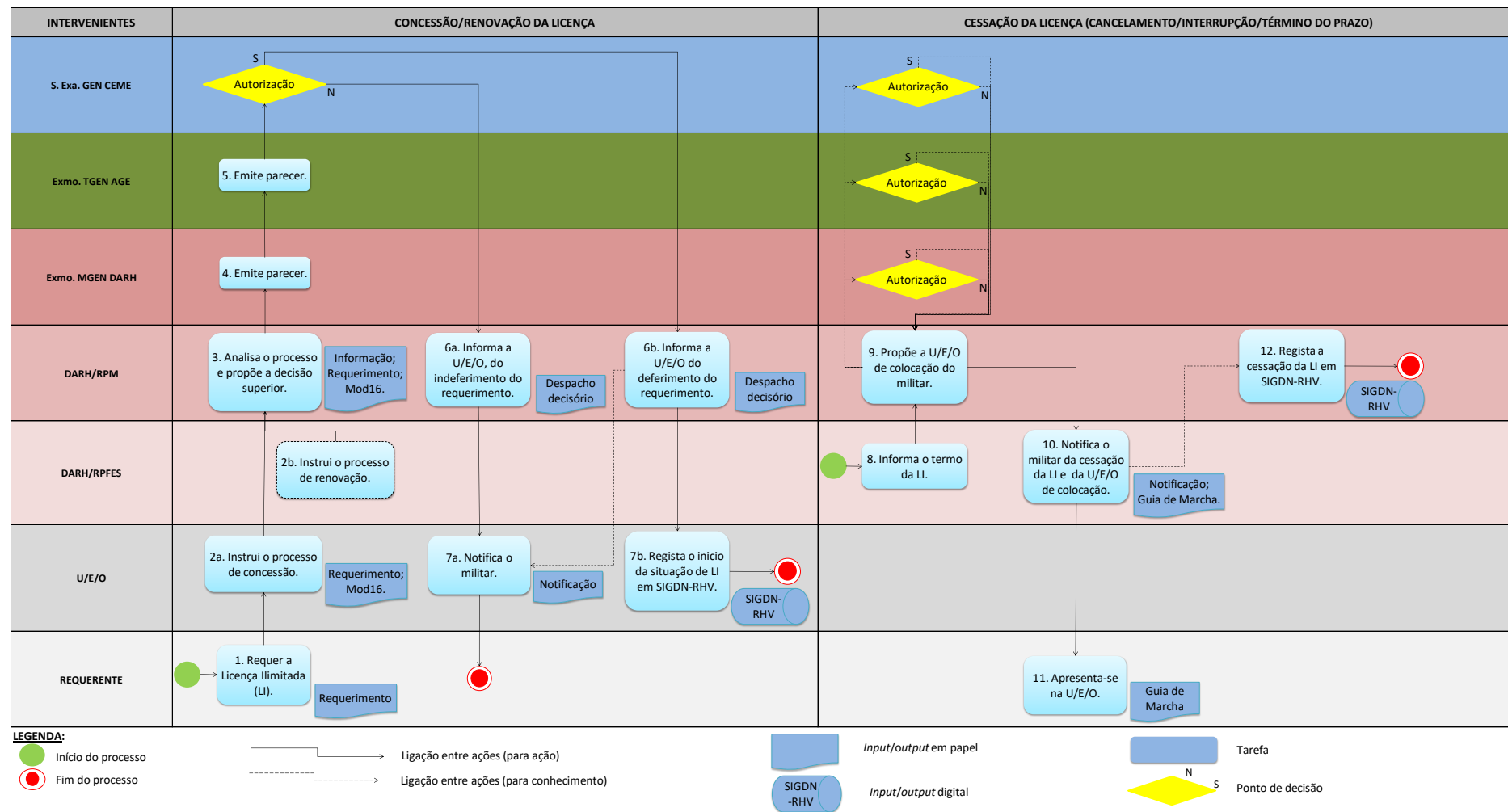


FIGURA 1: FLUXOGRAMA DO PROCESSO

RESERVADO





Anexo D (CARACTERIZAÇÃO DAS ENTIDADES INTERVENIENTES NO PROCESSO) ao Projeto de Relatório da Auditoria extraordinária n.º 02/2021 da RAAD

1. Tenente-General Ajudante-General do Exército

- a. O Comandante do Pessoal dispõe de autoridade funcional e técnica no âmbito da administração dos recursos humanos e da formação e da saúde e tem na sua dependência hierárquica as unidades, estabelecimentos e demais órgãos definidos por despacho do CEME<sup>26</sup>:

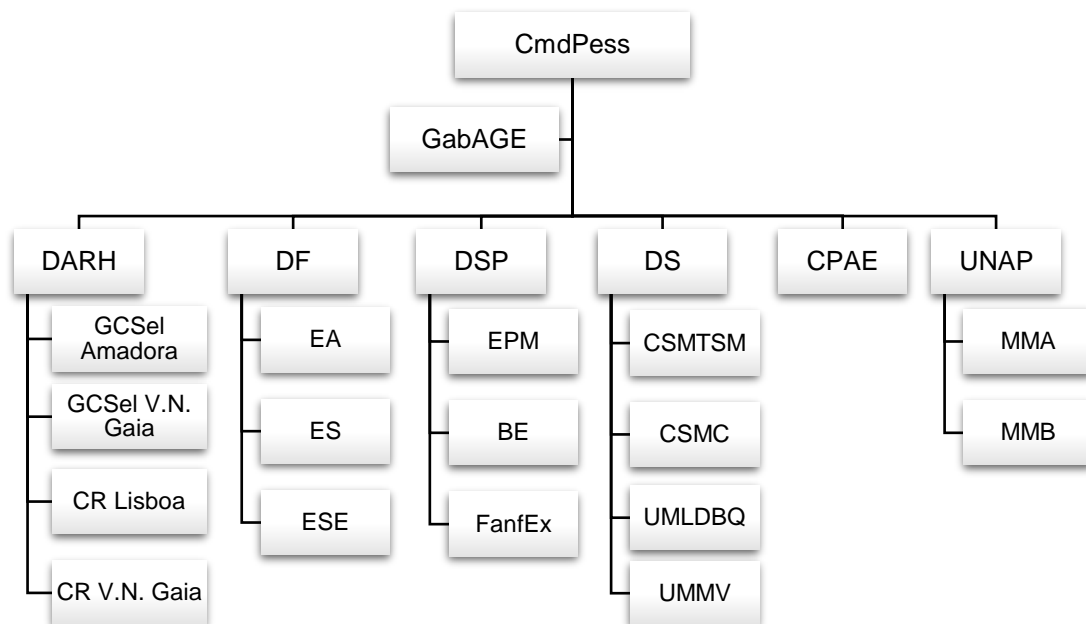


FIGURA 2: ESTRUTURA DO COMANDO DO PESSOAL

CmdPess – Comando do Pessoal

GabAGE – Gabinete do Tenente-General Ajudante-General do Exército

CPAE – Centro de Psicologia Aplicada do Exército

UnAp – Unidade de Apoio

DARH – Direção de Administração de Recursos Humanos

DF – Direção de Formação

DSP – Direção de Serviços de Pessoal

DS – Direção de Saúde

GCSel Amadora – Gabinete de Classificação e Seleção da Amadora

GCSel VNGaia – Gabinete de Classificação e Seleção de Vila Nova de Gaia

CR Lisboa – Centro de Recrutamento de Lisboa

CR V.N. Gaia – Centro de Recrutamento de Vila Nova de Gaia

EA – Escola das Armas

ES – Escola dos Serviços

ESE – Escola de Sargentos do Exército

EPM – Estabelecimento Prisional Militar

BE – Banda do Exército

FanfEx – Fanfarra do Exército

CSMTSM - Centro de Saúde Militar de Tancos e Santa Margarida

CSMC - Centro de Saúde Militar de Coimbra

UMLDBQ - Unidade Militar Laboratorial e de Defesa Biológica e Química

MMA – Messe Militar das Antas

MMB – Messe Militar da Batalha

UMMV - Unidade Militar de Medicina Veterinária

<sup>26</sup> Artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 186/2014, de 29 de novembro.



b. O Exmo. TGEN AGE possui ainda as seguintes competências relativas à matéria em análise, delegadas por S. Ex.<sup>a</sup> o GEN CEME<sup>27</sup>:

- (1) Aprovar instruções e normas técnicas no âmbito da administração dos recursos humanos do Exército;
- (2) Decidir sobre a mudança de situação, no que concerne às situações de ativo, reserva e reforma, bem como à prestação de serviço e sua efetividade;
- (3) Conceder licença registada a militares e licença ilimitada ao pessoal militarizado.

2. Direção de Administração de Recursos Humanos

a. A DARH propõe, dirige, coordena e executa as ações referentes à obtenção e administração dos RH do Exército, competindo-lhe em especial nesta matéria o seguinte<sup>28</sup>:

- (1) Assegurar a execução dos atos relativos a colocações, transferências, substituições, reclassificações e abate aos quadros do pessoal do Exército.
- (2) Assegurar a execução dos atos referentes a mudanças de situação, respeitantes a militares no Ativo, na Reserva, Reserva de Disponibilidade e na reforma, bem como à prestação de serviço e sua efetividade;
- (3) Executar a escrituração dos documentos de matrícula dos militares na situação de Reserva Fora da Efetividade de Serviço, Reserva de Disponibilidade, Reforma, licença ilimitada, licença especial, licença em comissão especial, pensionistas por invalidez e deficientes das Forças Armadas.

b. O Exmo. Major-General DARH possui ainda a competência subdelegada para<sup>29</sup>:

- (1) Conceder licença registada ao pessoal militar, até ao posto de tenente-coronel inclusive, com exceção do pessoal a prestar serviço no Gabinete do Comandante do Pessoal e nos Gabinetes do CEME e VCEME;
- (2) Conceder licença ilimitada ao pessoal militarizado;
- (3) Autorizar a concessão de licença sem vencimento, de curta e longa duração, ao pessoal civil, bem como autorizar o seu regresso ao serviço, com exceção daquele que presta serviço no Gabinete do Comandante do Pessoal e nos Gabinetes do CEME e do VCEME.

c. A DARH encontra-se organizada da seguinte forma<sup>30</sup>:

<sup>27</sup> Despacho n.º 2246/2019 de S. Ex.<sup>a</sup> o GEN CEME, de delegação de competências no Comandante do Pessoal.

<sup>28</sup> Artigo 26.º do Decreto Regulamentar n.º 11/2015 de 31 de julho.

<sup>29</sup> Despacho n.º 2514/2021 do Exmo. TGEN AGE, de 26 de janeiro.

<sup>30</sup> QO 03.01.02, aprovado por despacho de S. Ex.<sup>a</sup> o GEN CEME, de 11 de dezembro de 2019.

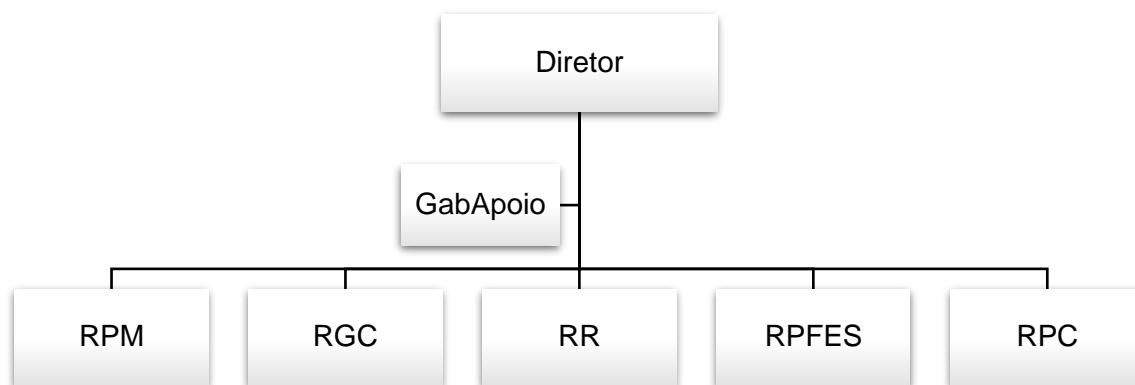


FIGURA 3: ESTRUTURA DA DIREÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

GabApoio – Gabinete de Apoio

RPM – Repartição de Pessoal Militar

RGC – Repartição de Gestão de Carreiras

RR – Repartição de Recrutamento

RPFES – Repartição de Pessoal Fora da Efetividade de Serviço

RPC – Repartição de Pessoal Civil



Anexo E (LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS) ao Projeto de Relatório da Auditoria extraordinária n.º 02/2021 da RAAD

<b>BE</b>	Banda do Exército
<b>CEM</b>	Chefe do Estado-Maior
<b>CmdPess</b>	Comando do Pessoal
<b>CPAE</b>	Centro de Psicologia Aplicada do Exército
<b>CR Lisboa</b>	Centro de Recrutamento de Lisboa
<b>CR V.N. Gaia</b>	Centro de Recrutamento de Vila Nova de Gaia
<b>CSMTSM</b>	Centro de Saúde Militar de Tancos e Santa Margarida
<b>CSMC</b>	Centro de Saúde Militar de Coimbra
<b>DARH</b>	Direção de Administração de Recursos Humanos
<b>DF</b>	Direção de Formação
<b>DS</b>	Direção de Saúde
<b>DSP</b>	Direção de Serviços de Pessoal
<b>EA</b>	Escola das Armas
<b>ES</b>	Escola dos Serviços
<b>ESE</b>	Escola de Sargentos do Exército
<b>EMFAR</b>	Estatuto dos Militares das Forças Armadas
<b>EPM</b>	Estabelecimento Prisional Militar
<b>FA</b>	Forças Armadas
<b>FanfEx</b>	Fanfarra do Exército
<b>GabAGE</b>	Gabinete do Tenente-General Ajudante-General do Exército
<b>GabApoio</b>	Gabinete de Apoio
<b>GCSel Amadora</b>	Gabinete de Classificação e Seleção da Amadora
<b>GCSel VNGaia</b>	Gabinete de Classificação e Seleção de Vila Nova de Gaia
<b>LI</b>	Licenças Ilimitadas
<b>LOE</b>	Lei Orgânica do Exército
<b>MMA</b>	Messe Militar das Antas
<b>MMB</b>	Messe Militar da Batalha
<b>QP</b>	Quadros Permanentes
<b>RAAD</b>	Repartição de Auditoria de Abonos e Descontos
<b>RGC</b>	Repartição de Gestão de Carreiras
<b>RPC</b>	Repartição de Pessoal Civil
<b>RPFES</b>	Repartição de Pessoal Fora da Efetividade de Serviço
<b>RPM</b>	Repartição de Pessoal Militar
<b>RR</b>	Repartição de Recrutamento
<b>SIGDN-RHV</b>	Sistema de Integrado de Gestão da Defesa Nacional – Recursos Humanos e Vencimentos
<b>TGEN AGE</b>	Tenente-General Ajudante-General do Exército



## RESERVADO

Relatório de auditoria – Apoio à decisão e controlo da cessação e apresentação de licenças ilimitadas

---

<b>U/E/O</b>	Unidades, Estabelecimentos e Órgãos
<b>UMLDBQ</b>	Unidade Militar Laboratorial e de Defesa Biológica e Química
<b>UMMV</b>	Unidade Militar de Medicina Veterinária
<b>UnAp</b>	Unidade de Apoio



**RESERVADO**

Relatório de auditoria – Apoio à decisão e controlo da cessação e apresentação de licenças ilimitadas

---

Anexo F (EXERCÍCIO DO CONTRADITÓRIO) ao Relatório da Auditoria Extraordinária n.º 02/2021

**RESERVADO**